

PÓLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM JUIZ DE FORA/MG

PEREIRA, Joselaine Cordeiro
ALVES, Alesandra Maia Lima
OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de
SARMENTO, Diva Chaves
Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal de Juiz de Fora

A expansão da educação infantil, hoje reconhecida como etapa inicial, não obrigatória, do nível básico do Ensino Nacional, se deu por outros fatores que não apenas aqueles ligados necessariamente às necessidades das crianças de 0 a 6 anos. Entretanto, tais fatores conduziram, nas últimas décadas do século passado, avanços voltados aos direitos sociais da infância. É na historicidade destes direitos que buscamos compreender os meandros do processo de expansão da educação infantil, especificamente na cidade de Juiz de Fora/MG, tecendo, portanto, considerações acerca dos subsídios históricos da estruturação do campo da Educação Infantil no referido município, nomeadamente nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, a propósito da perspectiva qualitativa de investigação, até o momento mapeamos informações contidas em jornais locais e documentos oficiais do poder público municipal. Na análise preliminar depreendemos que a expansão da Educação Infantil em Juiz de Fora se pautou em políticas públicas caracterizadas basicamente pelos critérios de faixa etária e funcionalidade, cindindo o âmbito pedagógico e assistencial peculiar a esta etapa da educação. No final da década de 1970 e primeiros anos da década seguinte, as ações voltaram-se para a ampliação do atendimento em pré-escolas, especificamente para crianças de 4 a 6 anos, instituindo a rede de Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs; sob um claro e objetivo discurso de “preparação” para a primeira série da escolarização obrigatória. Neste mesmo período, as crianças menores de 4 anos eram assistidas por programas de saúde preventiva e complementação alimentar pulverizados nos centros comunitários e entidades filantrópicas e caritativas, via conveniamento; a partir de 1983, com mobilização da sociedade civil, instituiu-se o Grupo Solidariedade Pró-Creche e o Programa de Creches que, no sistema de co-gestão, consolidou a rede pública de atendimento em creches; estas voltadas para “substituir o lar” cuja a mulher/mãe era trabalhadora.

CAPES